

PANORAMA – JANEIRO / 2015

O mês de janeiro foi marcado pelo anúncio de medidas a serem adotadas pelo governo central para conter o agravamento do quadro fiscal e o descompasso entre a arrecadação e as despesas públicas. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou um conjunto de medidas que visam reforçar o caixa em R\$ 20,6 bilhões no ano. O pacote inclui o aumento de impostos: Levy confirmou a já esperada retomada da cobrança da Cide, o imposto sobre combustíveis; a elevação de 9,25% para 11,75% da alíquota do PIS/Cofins para produtos importados; e o aumento da faixa para operações de crédito (IOF) de 1,5% para 3%.

O ajuste deu continuidade as medidas implementadas desde o ano passado, com a redução dos subsídios dados pelo BNDES nos empréstimos, e com a medida provisória enviada pela presidente Dilma ao Congresso, que reduzem o custo com alguns programas sociais, como o seguro desemprego e pensões. Completava o pacote o Decreto que promoveu um corte nas despesas, limitando os gastos mensais em 1/18 do valor da proposta orçamentária, até a aprovação do Orçamento de 2015.

Joaquim Levy afirma ser “uma sequência de ações para reequilibrar a economia do ponto de vista fiscal e aumentar a confiança e o entendimento dos agentes econômicos para que em algum momento tenhamos a retomada da economia em novas condições”.

O problema, no entanto, é que existe uma série de desafios para a execução destes ajustes, como o fato de alguns só poderem ser efetivos no ano que vem, além do contingenciamento temporário de despesas dos Ministérios, até o Orçamento ser aprovado. Outro problema, este considerável, é o espaço de manobra do governo para o corte de despesas, visto que grande parte destas (cerca de 80%) se encontram comprometidas por dispositivo constitucional.

Para piorar, quando não faltava mais nada, o resultado fiscal de 2014 anunciado foi caótico. O déficit primário consolidado chegou a R\$ 32,5 bilhões, 0,63% do PIB, com o nominal a R\$ 343,9 bilhões, 6,7% do PIB, e do governo central, R\$ 17,2 bilhões, 0,3% do PIB. Este acabou gerado pela receita fraca e o excesso de despesas, crescentes em 3,6% e 12,8%, respectivamente, boa parte gerado pelas desonerações, baixa arrecadação, despesas pelo ciclo eleitoral, além dos estímulos de crédito, o que deve se refletir no aumento da dívida bruta. Em dezembro, esta chegou a 63,4% do PIB, 6,6% acima da registrada em 2013 (56,8%).

Em meio a tudo isso, a inflação não dá sinais de recuo. O próprio Banco Central piorou sua visão sobre o aumento dos preços para este ano. A ata da última reunião do COPOM mostrou que a autoridade monetária elevou em muito sua estimativa da alta dos preços administrados em 2015, para 9,3% ante os 6% calculados antes, um dos principais fatores de pressão da inflação.

O preço da energia elétrica ficará muito mais cara este ano, devido ao repasse às tarifas do custo de operações de financiamento, contratadas em 2014, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O preço da gasolina também sofrerá ajustes, sobretudo pela incidência da Cide e do PIS/COFINS.

Do lado externo, contribuiu para o clima pessimista a previsão do FMI de que o PIB mundial avançará 3,5% este ano e 3,7% em 2016, com uma redução de 0,3 ponto em relação aos percentuais anunciados em outubro passado para os dois anos. O FMI elevou em 0,5 ponto sua previsão de crescimento para os Estados Unidos, a 3,6%, mas reduziu a expectativa de crescimento da China em 2015 para 6,8%, o menor avanço para a segunda economia do planeta em 25 anos.

Na zona do euro, o Banco Central Europeu (BCE) se viu obrigado a anunciar um plano de estímulo à economia do bloco. O BCE anunciou que comprará, a cada mês, € 60 bilhões em títulos públicos e privados. Na prática, a medida vai "injetar" dinheiro novo no mercado, com o objetivo de impulsionar a vacilante economia da zona do euro, onde os preços ao consumidor caíram em dezembro pela primeira vez desde 2009. Com a medida, o BCE também busca aproximar a inflação da meta de 2%. O programa vai durar pelo menos até setembro de 2016, e deve injetar mais de € 1 trilhão na economia do bloco.

Nos EUA, foi divulgado o comunicado pós reunião do FOMC, o comitê de mercado aberto do Fed. O texto manteve o tom mais ameno, em linha com o último encontro, afastando o temor de uma alta do juro americano no curto prazo. Ao fazer seu anúncio, o Fed em grande parte desconsiderou as enfraquecidas economias da Europa e da Ásia, dizendo apenas que levaria "os desenvolvimentos financeiros e internacionais" em consideração para determinar quando elevar as taxas, adicionando uma referência sobre os mercados globais, pela primeira vez desde janeiro 2013.

Na China, o governo de Pequim anunciou que o PIB chinês cresceu 7,4% em 2014, o mais baixo desde 1990 e mais baixo do que o previsto. O índice anual de 7,4% é um décimo menor do que a previsão do governo, de 7,5%, mas mantém a tendência de desaceleração da economia chinesa dos últimos anos, após um crescimento de 7,7% em 2013 e 2012, e de 9,3% em 2011.

O Escritório Nacional de Estatística chinês (NBS) atribuiu o menor índice de 2014 ao "complicado e volátil entorno internacional e à intensa tarefa de manter o desenvolvimento doméstico, as reformas e a estabilidade".

Bolsa

O desempenho da Bolsa, medido pelo Ibovespa, foi desastroso. O índice apresentou queda de 6,19%, fechando janeiro aos 46.907 pontos.

O pessimismo tomou conta da Bolsa quando, em 19 de janeiro, onze estados brasileiros ficaram sem luz. O "apagão" elevou o temor de que o ano seja marcado pelo racionamento de energia, que, de acordo com diversos economistas, traria um impacto significativo no crescimento do PIB deste ano.

A lista de fatores que explica a queda da bolsa é extensa, mas no topo aparece a Petrobras. Por ser hoje a maior empresa brasileira, essa situação de corrupção e publicação de balanço não auditado acaba trazendo um enorme descrédito. A queda da Petrobras prejudica o desempenho do Ibovespa não só pelo alto peso que a ação tem no índice, mas pela influência que a empresa tem sobre a imagem do mercado de ações brasileiro. Para complicar o ambiente extremamente ruim para a empresa, a agência classificadora de riscos Moody's anunciou o rebaixamento da nota da empresa, de Baa2 para Baa3, o último degrau para tornar-se investimento especulativo e sair definitivamente do portfólio de investidores institucionais estrangeiros.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, o mês foi de altos e baixos. Fez preço o tom mais ameno do comunicado pós reunião do FED, reforçando que o processo de alta no juro americano será mais suave.

Também contribuiu para o recuo nas taxas mais longas o anúncio de um conjunto de medidas, chamadas de "esforço fiscal", que tem como objetivo o aumento de arrecadação para amenizar o descompasso das contas. O conjunto de medidas visam reforçar o caixa em R\$ 20,6 bilhões no ano, e incluem: a já esperada retomada da

cobrança da Cide, o imposto sobre combustíveis; a elevação de 9,25% para 11,75% da alíquota do PIS/Cofins para produtos importados; e o aumento da faixa para operações de crédito (IOF) de 1,5% para 3%.

Pouco pesou nos negócios a decisão do COPOM em aumentar a Selic para 12,25% ao ano, pois o mercado já esperava pelo anúncio. Com a decisão de aumentar a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, os juros sobem ao maior patamar desde meados de 2011, ou seja, em três anos e meio. Com taxas mais altas, a instituição tenta controlar o crédito e o consumo e, assim, segurar a inflação. Após a reunião, o BC divulgou o seguinte comunicado: "Avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,50 p.p., para 12,25% a.a., sem viés".

Ao término da última sessão regular de janeiro na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 12,75%, ante 12,34% do fechamento de dezembro.

Na contramão, o DI para janeiro de 2017 apontava 12,47%, de 12,88% no ajuste de dezembro, e o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 11,89%, ante 12,28% no fechamento de dezembro.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais longos, em linha com o mercado de juros futuro. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em 2050, que registrou alta de 4,86% no mês. Na outra ponta, os papéis com vencimento mais curto também tiveram um resultado significativo, porém não tão bons. A NTN-B com vencimento em maio/2015 acumulou ganho de 1,53%.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, destaque positivo para o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, que apresentou valorização de 3,12%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, cresceu 2,05%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, acelerou 3,71% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,07%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou ganho de 2,19%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 2,14% no mês.

Vale destacar que os resultados dos títulos públicos e de outros investimentos conservadores superaram com folga o retorno da poupança, que apresentou o pior resultado da renda fixa no mês. Isso acontece porque enquanto os outros títulos de renda fixa acompanham a alta da Selic, a caderneta passa a render sempre 0,5% mais a Taxa Referencial (TR) quando a taxa básica de juros passa dos 8,5% ao ano.

A poupança fechou o mês com rendimento de 0,58%, enquanto o CDI apresentou valorização de 0,96%.

Câmbio

Já o dólar experimentou o terceiro mês consecutivo de alta. Se em novembro a moeda havia valorizado 3,84%, e em dezembro a valorização foi de 3,75%, em janeiro a alta foi de 1,13%.

O último pregão do mês foi decisivo para a recuperação da moeda. Somente na sexta-feira, a moeda norte-americana avançou 2,96%, a R\$ 2,6894, após a fala de Joaquim Levy.

Durante encontro com empresários em São Paulo na manhã de sexta-feira, Levy disse que não há intenção de manter o câmbio valorizado artificialmente. É fato que o governo está revendo medidas de intervenção em vários campos. Quando menciona o dólar, dá a entender que o governo também será mais passivo em relação ao câmbio.

O Banco Central vem atuando diariamente no câmbio desde agosto de 2013 para limitar a volatilidade e oferecer proteção cambial. A autoridade monetária reduziu o ímpeto das intervenções duas vezes, a mais recente no fim do ano passado. Sob o atual formato, o programa durará pelo menos até 31 de março.

Também fez preço a notícia do rebaixamento dos ratings da Petrobras pela Moody's, mantendo-os em revisão para rebaixamento adicional, o que pode afugentar do mercado os investidores estrangeiros.

Perspectiva

Há dúvidas sobre os efeitos desejados das medidas adotadas pelo governo central para reequilibrar o caixa, pois o pacote fiscal pressiona uma economia já frágil em meio as incertezas globais. O conjunto de medidas pretende retirar um total de R\$ 80,0 bilhões de uma economia estagnada, em meio a um ambiente internacional desfavorável. A contrapartida seria o aumento do investimento público, mas nisso não se fala. Todas as fichas são colocadas na esperada retomada do ânimo empresarial, a partir de iniciativas aparentemente contraditórias com esse objetivo.

Entretanto, o eventual ânimo do empresariado vem sofrendo severos golpes. As crises nacionais da energia e da água, geradoras de incertezas adicionais e da postergação de investimentos, agravam a situação do País e o tornam mais vulnerável a um ajuste fiscal que atinge em cheio as parcelas mais frágeis da sociedade. As restrições ao crédito afetam negativamente investimentos e empregos, e as reduções de direitos trabalhistas e sociais diminuirão o socorro às camadas desprotegidas da população e aos desempregados, um contingente que já começa a aumentar, como mostram as mais de 12 mil demissões nas empresas fornecedoras da Petrobras, em crise profunda, e as centenas de dispensas no setor automobilístico.

Soma-se a isso uma pressão generalizada nos preços, especialmente os administrados, que devem manter a inflação resistente, beirando o teto da meta.

No relatório Focus mais recente, os investidores e analistas do mercado financeiro elevaram para 7,01% a projeção de inflação para 2015, medida pelo IPCA. O teto da meta é de 6,5%. O mercado também reduziu a projeção de crescimento da economia este ano de 0,13% para 0,03%, próximo de zero. As estimativas pioraram pela quinta semana consecutiva.

Neste contexto, alteramos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada no IMA-B e IMA-Geral em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI e/ou IRF-M 1.

Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida ao mínimo possível, e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.
